

Perícias médico-legais	Lugares	Identificação dos candidatos
Comarca de Cascais		
Gerais	5	Ana Rita Lopes Pereira. Gonçalo Nuno Coimbra Castanheira. Manuel António Pinto Diniz Ferreira. Vanessa Santos Rodrigues. Vitor Manuel Faro da Fonseca Figueiredo.
Comarca de Coruche		
Gerais	2	<i>Lugar vago por falta de candidatos.</i> <i>Lugar vago por falta de candidatos.</i>
Comarca da Moita		
Gerais	2	José Manuel Bolinhas Lopes. Maria de Lurdes dos Santos Reis Caferra Amaro.
Comarca do Montijo		
Gerais	2	Christiano Salgado de Castro Freitas. João António Trindade Seta de Carvalho.
Comarca de Oeiras		
Gerais	2	Catarina Machado Gomes. Marta Oliveira Padilha.
Comarca de Santarém		
Gerais	4	José Luís Oliveira Pereira Ruivo. Paulo de Moura Roque do Vale. Rui Miguel da Costa e Silva. Silvino de Jesus Carvalho.
Comarca de Seixal		
Gerais	2	Ana Cristina Calado Fidalgo Freire. Rosa Maria da Silva Madeira.
Comarca de Sintra		
Gerais	6	Ana Filipa Ribeiro Gallo Pereira. Anabela Pereira Neves. Carlos Ernesto Abreu Pereira Júnior. Clarice Capinan Mestre. David Fernandes Luís. Manuel Jorge Mesquita da Fonseca.

B) Candidatos admitidos e não colocados, de acordo com as condições identificadas no ponto 9 do aviso de abertura:

Ana da Conceição Afonso dos Santos Rodrigues
António José de Carvalho Gonçalves Ferreira
Clara Cabral Vilares
Débora Henriques Lourenço
Fernando António Pinto Tavares Russo
Helena Maria Silveira Afonso
Henrique José Marques da Cruz
Igor Miguel Adriano Glória
Joana Carolina Teixeira Andrade
Marta de Jesus Veloso Pinto
Patrícia Andreia da Silva Cardoso
Rita Marques Correia Rodrigues da Silva
Rui Miguel Oliveira de Almeida
Susana Maria Nunes Renca
Vera Sandra Silva Domingues

21 de dezembro de 2016. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

210118311

EDUCAÇÃO

Gabinete do Ministro

Aviso n.º 16015-C/2016

Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 4.º do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo;

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 16/2016, de 17 de junho, que revogou a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC);

Torna-se público que, por um período de seis meses, contados da data de publicação do presente Aviso, podem os docentes exercer o direito a ser ressarcidos pelo valor pago na inscrição, consulta e reapreciação da prova, designadamente nas componentes comum e específica, mediante pedido de reembolso a efetuar junto do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P., através de formulário eletrónico disponível na sua página institucional, acedível em <http://www.igefe.mec.pt>.

O presente Aviso é também publicado em jornal de expansão nacional e no Portal do Governo.

22 de dezembro de 2016. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

210118288

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Contrato n.º 733-A/2016

**Contrato-programa de desenvolvimento desportivo
n.º CP/136/DDF/2016**

Atividades Regulares

Entre:

1 — O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55,